

Museu, museologia e pensamento social brasileiro

*Mário de Souza Chagas**

Resumo

Com o presente ensaio, dividido em duas partes, o pesquisador quer refletir sobre a estigmatização das instituições museais tratadas como espaços “pré-históricos” e “pré-científicos” e quer compreender o pouco interesse que o tema museu tem despertado no campo das Ciências Sociais. Na primeira parte, o investigador apresenta e analisa o resultado de levantamento realizado em consagrados veículos de divulgação das Ciências Sociais, com o objetivo explícito de identificar o grau de interesse sobre os temas Museu e Museologia; na segunda parte, a sua atenção está concentrada naquilo que existe de especificamente museológico no pensamento de Gilberto Freyre, que, assim como o museu, é tratado pelas análises ancoradas em matriz institucional como “pré-científico”, “pré-histórico”, ou ensaísta.

Palavras-chave: museu, museologia, ciências sociais, pensamento social, Gilberto Freyre.

“Até o fim da vida de sempre mestre da Universidade de Colúmbia, Boas conservou-se um entusiasta dos museus de Antropologia.”

Gilberto Freyre (1979:15)

Introdução

O primeiro parágrafo do ensaio “O nascimento dos Museus Brasileiros, 1870-1910”, de Lilliam K. M. Schwarcz (1989, 20), incluído no primeiro volume de *História das Ciências Sociais no Brasil*, organizado por Sergio Miceli, deixa patente que a autora irá proceder a análise do pensamento social brasileiro¹ através de um enfoque institucional. No último parágrafo (p.71) desse mesmo ensaio, Schwarcz, tratando das instituições museais após o advento das universidades, sustenta que aos museus nacionais - leia-se Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, Museu Paraense Emílio Goeldi e Museu Paulista - “considerados como locais de uma ‘pré-ciência’ ”, restará o campo das Ciências Naturais, ao passo que as universidades assumirão “a representação de um projeto enciclopédico e globalizante.”

Nesse ponto, a autora remete o leitor para a última nota de rodapé, a de número 55, e ali apresenta o que pode ser considerado a chave mestra, capaz de abrir portas e janelas em seu próprio texto. De outro modo, na nota 55 Schwarcz abre a possibilidade de um diálogo com o clássico artigo² em que Wanderley Guilherme dos Santos (1978) critica a naturalização da periodização historiográfica ancorada em marcos institucionais.

Eis, na íntegra, a nota 55:

Local privilegiado da classificação evolutiva e cujos pressupostos se pautam nas Ciências Naturais, os museus etnológicos brasileiros cumpriram, sem dúvida, papel relevante na “pré-história” do pensamento científico brasileiro. Resta garantir que o espaço da crítica a um paradigma não nos leve à desconsideração de qualquer produção anterior. Wanderley Guilherme dos Santos tece considerações relevantes nesse sentido, ao questionar a periodização tradicional, que estabelece a

institucionalização das atividades científicas sociais como o divisor de águas entre um período dito “pré-científico e um período científico”. Segundo o autor, esse tipo de historiografia ordenaria o passado em função do presente, estando portanto “desarmada para entender as exatas articulações do desenvolvimento intelectual” (SANTOS, 1978, p. 26-27).

Essa nota, sem dúvida importante, relativiza, mas ainda assim reafirma a crença no marco historiográfico da institucionalização das Ciências Sociais e considera os museus como fazendo parte do *pré-científico* ou da *pré-história do pensamento científico brasileiro*. Não é difícil identificar a atribuição de valores aos termos *pré-história* e *pré-científico*, sobretudo quando colocados em comparação com o *científico* e com a *história das ciências sociais*. Se há uma *pré-história* e uma *história* que lhe sucede, há um marco fundador, um marco zero, momento em que a escrita científica é dominada. Esse argumento deixa no ar a seguinte questão: a naturalização e a atribuição de valor interpretativo a essa distinção entre o *pré-histórico* e o *histórico*, entre o *pré-científico* e o *científico* não estará aprisionada ao paradigma classificatório e evolucionista que ela pretende superar?³

Se por um lado, a referência ao artigo de Wanderley Guilherme dos Santos contribui para a desnaturalização do marco fundador das Ciências Sociais, localizado nos anos 30 e arbitrariamente centrado na experiência acadêmica da USP e da UDF, está última considerada como um projeto naufrago; por outro, como aponta Luís Rodolfo Vilhena (1997), apesar do que é indicado na nota 55, o primeiro volume da *História das Ciências Sociais no Brasil*, não apresenta um trabalho de pesquisa que desenvolva outra perspectiva analítica. “Muito pouco é dito acerca das teorizações substanciais propostas por nossos precursores, reduzidas a tabelas temáticas ou apresentadas através de suas trajetórias institucionais e profissionais.” (VILHENA, 1997, p.54).

Mesmo reconhecendo que a produção de conhecimento científico no Brasil, entre o segundo reinado e a república velha,

passa com destacada importância pelo universo museal e que a concepção de um projeto de pesquisa de matriz institucional que queira compreender essa produção precisa levar em consideração a atuação de intelectuais vinculados a instituições como o Museu Nacional, o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Museu Paranaense, o Museu Paulista, o Museu Júlio de Castilhos, a Pinacoteca do Estado de São Paulo, o Museu de Arte da Bahia e muitos outros, mesmo assim, o pesquisador pode se considerar livre para seguir um outro caminho. A matriz de análise institucional não é, como demonstrou Wanderley Guilherme dos Santos, a única capaz de dar conta da “imaginação social brasileira” e em consequência também não é a única capaz de explicitar a aproximação entre os museus, a Museologia e o pensamento social brasileiro.

Com o presente texto, dividido em duas partes, o pesquisador quer refletir sobre a consideração que estigmatiza as instituições museais tratando-as como espaços pré-históricos e pré-científicos e quer também compreender o pouco interesse que o tema museu tem despertado no campo das Ciências Sociais. Na primeira parte, o investigador apresenta e analisa o resultado do levantamento perpetrado em consagrados veículos de divulgação das Ciências Sociais, visando identificar nos mesmos o grau de interesse sobre os temas museu e Museologia; na segunda parte, as atenções do pesquisador estão concentradas naquilo que existe de especificamente museológico no pensamento de Gilberto Freyre, que, assim como os museus, é tratado pelas análises ancoradas em matriz institucional como “pré-científico”, “pré-histórico” ou “ensaísta”.

Para o desenvolvimento da investigação as seguintes fontes foram consideradas:⁴

Periódicos

- Revista Brasileira de Ciências Sociais(de 1986 a 1999)
- Mana – Estudos de Antropologia Social(de 1995 a 2000)
- Dados - Revista de Ciências Sociais(de 1966 a 2000)

Livros

·**O que ler na ciência social brasileira** (1970-1995), coletânea de textos em três volumes (Miceli 1999)

·**História das Ciências Sociais no Brasil**, coletânea de textos em dois volumes (Miceli 1989 e 1995)

·**Ciência do Homem e Museologia**: sugestões em torno do Museu do Homem do Nordeste, do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (Freyre 1979/1980)

Parte I – O movimento e o silêncio

“As relações entre antropólogos e museus já foram bem mais próximas do que hoje nos parecem.”

J. R.S. Gonçalves (1995, p.55)

Diante do expressivo conjunto de textos indicados como fontes de investigação, o pesquisador se pergunta: Existe nesse material algo de especificamente museal ou museológico⁵? Qual é o lugar do museu e da museologia na agenda das Ciências Sociais?

Ao realizar uma busca⁶ no catálogo das publicações da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), disponível no site <http://www.anpocs.org.br>, o navegador interessado nos termos museu e museologia obterá como resposta a seguinte indicação: sem registro. Ainda que usuário sistemático, o navegador pode desconfiar do meio virtual. É possível que tenha ocorrido alguma lacuna na construção das palavras-chaves ou na arquitetura do sistema de busca. Nesse caso, ele deverá consultar, em uma das bibliotecas da cidade, os 41 números da *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (RBCS), produzidas no período de 1986 a 1999. Contudo, o resultado da consulta presencial não será diferente.

Consultando os 10 números do periódico *Mana – Estudos de Antropologia Social*, publicados entre outubro de 1995 e abril de 2000, pelo Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, o investigador também não identifica nenhum artigo abordando os temas que se encontram na alça de sua mira.

Consultando os 43 volumes do periódico *Dados - Revista de Ciências Sociais*, publicado pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), um único texto abordando questões museais e museológicas é encontrado. Trata-se do artigo “Objetos, Memória e História. Observação e Análise de um Museu Histórico Brasileiro”, de Myrian S. dos Santos, incluído no volume 35, n.º 2, de 1992.

Estudando a obra *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)* também não se encontra nenhum texto que trate diretamente do tema em apreço. A novidade fica por conta de Lúcia Lippi de Oliveira (1999), que no texto “Interpretações sobre o Brasil”, ao examinar de maneira específica a produção do “Grupo de Trabalho Pensamento Social no Brasil da ANPOCS”, desenvolvida no período compreendido entre 1983 e 1995, arrola “informações capazes de qualificar o balanço substantivo dessa área” e realiza um mapeamento dos autores e dos temas fundamentais apresentados no GT. Esse mapeamento indica a presença do museu como um assunto incluído no tema “Instituições e Movimentos Culturais”, e indica que nos anos de 1991 e 1994 surgiram dois autores abordando diretamente a temática museal. Em 1991, Regina Abreu apresenta o paper: “O culto da saudade: museu, história e nacionalidade em Gustavo Barroso” e em 1994, ela e José Reginaldo Santos Gonçalves, dividem a autoria do texto: “Os museus e a crise da representação nacional”. Em 1992, Luís Donisete Benzi Grupioni e Silvana Rubino, apresentam respectivamente os papers: “Coleções etnográficas sob suspeita: notas sobre as expedições do casal Lévi-Strauss ao Brasil central” e “O patrimônio histórico e artístico do SPHAN”, considerados aqui como temas que tangenciam os museus e a museologia, sem abordá-los diretamente, não foram, por essa razão, examinados no presente estudo.

Na obra *História das Ciências Sociais no Brasil* destaca-se a pesquisa de matriz institucional de Liliam K. M. Schwarcz, anteriormente citada.

A partir do levantamento realizado nas fontes indicadas é possível perceber que o interesse dos cientistas sociais no tema museu

é rarefeito, ainda que diversas instituições museais no Brasil tenham mais de um século e estejam fortemente arraigadas ao campo do pensamento social brasileiro⁷, à produção de conhecimento na área das Ciências Sociais e às interpretações e representações nacionais.

A escassez de interesse desperta a atenção, sobretudo quando se verifica que a denominada “era dos museus no Brasil”, situada segundo Schwarcz (1988)⁸ entre 1870 e 1930, não implicou o esgotamento do fenômeno museu e não impediu a sua proliferação⁹. Ainda que no século XIX monumentos, museus, arquivos e bibliotecas tenham sido espalhados por todo o mundo, ainda que festas e exposições nacionais e internacionais celebrando datas, fatos e acontecimentos prodigiosos desvinculados de causas e conseqüências tenham sido teatralizados (CHAGAS, 1997), o século XX deu continuidade e maximizou o fenômeno da proliferação de museus, datas, monumentos, arquivos e bibliotecas. Se o espírito comemorativo explodiu no século XIX, como sugere Le Goff (1984), o estrondo, o barulho, as fagulhas e as luzes projetaram-se durante todo o século XX.

A procura de um exemplo brasileiro, situado entre os anos 70 e 80, ancorado em dados empíricos, leva o investigador à tese de mestrado, de Benny Schvasberg (1989). Em sua pesquisa Schvasberg indica que o crescimento do número de museus, em termos nacionais, no período de 1972 a 1978 esteve situado em torno de 1%, ou seja, a “situação é praticamente de estagnação com pequenas flutuações regionais”. Nesse período, o Rio de Janeiro é o estado onde se registra o maior crescimento (mais 12 museus) e Minas Gerais o maior decréscimo (menos 3 museus). No sexênio seguinte (de 1978 a 1984) a situação é inteiramente diversa e “o número total de Museus aumenta em 103%” (p.116).

Em 1958, outro exemplo, foi elaborado e publicado com o apoio do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e da Organização Nacional do ICOM (International Council of Museums), um repertório dos museus nacionais, resultado de pesquisa solicitada pela UNESCO e desenvolvida de acordo com os seus modelos. Essa publicação, organizada por Guy de Hollanda

(1958), apresenta um total de 166 museus no país. Considerando que em 1986, segundo Schvasberg, o número de museus no Brasil girava em torno de 1000, pode-se perceber que em menos de três décadas o número de museus foi multiplicado por 5. De outro modo, no período contido entre 1958 e 1986, o número de museus no país cresceu a uma velocidade média superior a 29 museus por ano.

Esses dados são suficientes para indicar que o propalado esgotamento do universo museal precisa ser revisto e reexaminado em outras bases. Da mesma forma, a idéia de uma “era dos museus” com marcos rígidos de princípio, meio e fim, não parece dar conta da complexidade que os dados empíricos lançam na arena museológica.

A escassez de interesse chama ainda mais a atenção quando se verifica que muitos cientistas sociais atuam em museus, e outros como Darcy Ribeiro, para citar nesse momento apenas um exemplo, desenvolvem um pensamento museal e se empenham na criação de museus. Em 1986, durante a sua gestão como vice-governador e secretário de ciência e cultura, Darcy destacou-se como pensador, articulador e semeador de museus, alguns ganharam corpo e se materializaram outros tiveram a tecitura do sonho. Segundo o próprio Darcy Ribeiro (1986):

No campo da museologia, foi enorme nossa messe. Citemos apenas alguns exemplos. Criamos o Museu França-Brasil, para visualizar os cinco séculos de bom convívio que tivemos com os galeses. Estamos montando o Museu do Carnaval, que dará ao visitante do Rio a visão e o ritmo dos desfiles, em qualquer dia do ano. Estamos concluindo o projeto de criação de um Museu da Civilização Rústica, com fundamento na qual – a roda d’água, o monjolo, o carro-de-boi, o alambique etc. – esses brasis se construíram. A Fazenda Colubandê, dignamente restaurada, vai receber uma réplica do melhor mobiliário rústico brasileiro. Ao redor dela, cultivaremos um imenso pomar com todas as frutas de antigamente. Será um santuário de todas as árvores frutíferas, inclusive de passarinhos, para ver se eles voltam a revoar outra vez. Estamos lutando com os ministros da cultura do Brasil e de Portugal para

conseguir comovê-los e chamá-los ao esforço de converter o velho Paço Imperial do Rio no Museu da Civilização Portuguesa.

A longa citação justifica-se pelo sabor da narrativa e pelo interesse em dar voz a um personagem que articulava complexos processos museológicos e visualizava nos museus uma função educativa e social bastante nítida. No início dos anos 50, trabalhando no Serviço de Proteção aos Índios (SPI), Darcy idealiza o Museu do Índio, inaugurado em 1953. Nesse museu, em 1956 funcionou, com a ajuda da CAPES, um curso de especialização em Antropologia Cultural, destinado à formação de pesquisadores (cf. Hollanda, 1958: 24). No Museu do Índio trabalhavam também Roberto Cardoso de Oliveira e Eduardo Galvão. Em 1958, após “uma das crônicas crises” do SPI (CORRÊA, 1995, p. 38-39), Darcy Ribeiro aproxima-se de Anísio Teixeira no CBPE, Roberto Cardoso de Oliveira vai para o Museu Nacional e Eduardo Galvão volta para o Museu Paraense Emílio Goeldi.

Se as acima referidas aproximações e interações com o mundo dos museus têm como campo privilegiado a antropologia, isto não significa que é nesse campo que elas se esgotam. É digno de nota o fato de que o primeiro curso de pós-graduação em museologia no Brasil, tenha surgido em 1978 na Escola Pós-graduada de Ciências Sociais da Fundação Escola de Sociologia e Política (ELSP) de São Paulo, coordenado por Waldisa Russio Camargo Guarnieri, que defendeu tese de mestrado (1977) e doutorado (1980) nessa mesma escola, abordando respectivamente os seguintes temas: “Museu: um aspecto das organizações culturais de país em via de desenvolvimento” e “Um museu de indústria na cidade de São Paulo.” Esse curso deu origem ao Instituto de Museologia de São Paulo, formou e influenciou algumas gerações de museólogos brasileiros.

Os dados até agora apresentados indicam que existem muitas aproximações entre os museus, a museologia e as Ciências Sociais, mas ao mesmo tempo existe um interesse rarefeito no que tange à adoção do museu como objeto de estudo. De outro modo, as

aproximações não chegam a configurar uma troca mais aprofundada. Os cientistas sociais, de uma maneira geral, não tomam o museal como um possível objeto de estudo e, ao mesmo tempo, a produção museológica, gerada por profissionais de museologia, mantém-se distanciada das Ciências Sociais. A troca de conhecimento entre as áreas é reduzida e o diálogo quase inexistente.

Por tudo isso, cresce em interesse o interesse dos quatro cientistas sociais, anteriormente identificados, que trabalham com questões museais e museológicas, quais sejam: Regina Abreu, José Reginaldo Santos Gonçalves, Myriam Sepúlveda dos Santos e Liliam Katri Moritz Schwarcz.

Em primeiro lugar, vale observar que eles participam de uma mesma geração. Em seguida, importa compreender que as suas pesquisas, seja para mestrado (Myrian¹⁰, 1989 e Regina¹¹, 1990) ou doutorado (Liliam¹², 1988 e Reginaldo¹³, 1990), são concluídas num intervalo de dois anos. Os quatro participaram do GT da ANPOCS sobre o Pensamento Social no Brasil. Mesmo que Schwarcz não tenha apresentado trabalhos no GT, ainda assim dele participou através da pesquisa coordenada por Sergio Miceli (cf. OLIVEIRA, 1999, p.152). Além disso, temos nesse conjunto três autores com base no Rio de Janeiro (Myrian, Regina e Reginaldo) e um com base em São Paulo (Liliam); três autores com veia antropológica (Liliam, Regina e Reginaldo) e um com artéria sociológica (Myrian). Seguindo a sugestão de Wanderley Guilherme dos Santos, os quatro autores, podem ser agrupados nas três matrizes de análise do pensamento social brasileiro da seguinte forma: a) Matriz institucional, Liliam Schwarcz; b) Matriz sociológica, Myriam S. dos Santos e c) Matriz ideológica, Regina Abreu e Reginaldo Gonçalves.

Considerando o recorte das fontes aqui realizado, percebe-se que o interesse sobre o tema museu é, como foi dito, rarefeito. Ainda assim, a produção desses quatro autores confirma a suposição de Gonçalves (1995, p.62):

Se, a partir dos anos vinte e trinta deste século, houve um progressivo afastamento dos antropólogos, ou da

pesquisa e teoria antropológicas em relação aos museus, a partir dos anos oitenta verifica-se o que se poderia chamar uma reaproximação. Desde a última década tem sido produzida extensa bibliografia de pesquisa e interpretação antropológica sobre museus nas modernas sociedades ocidentais.

E ele próprio é um autor que cuida de realizar essa reaproximação. Em verdade, Abreu, Gonçalves e Santos dedicaram-se nos últimos dez anos a pensar, ainda que não exclusivamente, os temas: museu, memória, patrimônio e coleção e publicaram textos em coletâneas e periódicos¹⁴.

Mariza G. S. Peirano (1999, p.234) examinando a noção de diferença, como definidora da antropologia, sugere que “[...] nos últimos trinta anos a alteridade deslizou de um pólo onde ela é (ou pretende ser) radical e outro onde nós mesmos, cientistas sociais, somos o Outro.” Avançando em seu exame a autora identifica quatro tipos ideais: a) a alteridade radical; b) o contato com a alteridade; c) a alteridade próxima e d) a alteridade mínima.

Os estudos dos quatro autores, anteriormente citados, confirmam a tendência, sublinhada na antropologia, de realização de estudos voltados para as suas próprias sociedades. Avançando nessa vereda, é possível supor que a redução da distância cultural e geográfica entre o pesquisador e o seu “grupo de nativos” e o desenvolvimento de investigações nos níveis de alteridade próxima e mínima, permitam a eclosão de estudos que tenham o museu como objeto.

Essa suposição parece se confirmar quando examinamos, por exemplo, os seguintes textos de Mariza Corrêa: “Traficantes do excêntrico. Os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60” (1988) e “A Antropologia no Brasil (1960-1980)” (1995). Nos dois textos a autora, ao debruçar-se sobre o seu próprio universo acadêmico, redesenhando a historicidade da antropologia no Brasil, depara-se com documentos públicos que podem ser lidos e interpretados. Entre esses documentos encontram-se fontes textuais, depoimentos, mas também as instituições. E chama a atenção entre essas instituições o lugar ocupado pelos museus. Longe de terem se esgotado no início

do século e serem lugares da “pré-ciência”, ou da “pré-história do pensamento social brasileiro”, eles são, entre os anos 30 e 80, por intermédio daqueles que os constroem, núcleos de produção acadêmica, órgãos de pesquisa e agências de formação de pesquisadores para as Ciências Sociais. Este é o caso do Museu do Índio, do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, do Museu Paulista e do Museu Paraense Emílio Goeldi, todos citados por Roberto Da Matta, em seu livro “Relativizando: uma introdução à antropologia social”, como instituições formadoras de antropólogos:

Em 1959-60, quando começava meus estudos, o novico não tinha nem um sistema de bolsas de estudo, nem muitas escolhas teóricas ou substantivas. De igual maneira eram reduzidos os locais onde podia receber um treinamento profissional na disciplina. Ou estagiava no Museu Nacional, ou no Museu Paulista, ou seguia para Belém do Pará, a fim de aprender no Museu Goeldi como era possível ser sábio, simpático e desprezioso com o inesquecível Eduardo Galvão (DA MATTA, 1981, p. 179)

À parte o reconhecimento do importante papel dessa trilogia de museus - a que se poderia acrescentar o Museu do Índio para gerar um losango, como Da Matta faz em nota de rodapé - na formação dos antropólogos e em consequência no desenvolvimento da antropologia, há um grande silêncio de estudos sobre o papel desses e de outros museus na sociedade brasileira a partir de abordagens ancoradas nas Ciências Sociais e mais, não há um diálogo sistemático entre as tribos de antropólogos, sociólogos e cientistas políticos com as tribos de museólogos e museógrafos responsáveis também por pesquisas, exposições, ações educativo-culturais e procedimentos técnicos de documentação, guarda e conservação de acervos. Essa ausência de diálogo, ao que tudo indica, tem como ponto de partida as práticas cotidianas desenvolvidas nos próprios museus. Mas... esse é um assunto que merece outra investigação, com outros procedimentos metodológicos.

Parte II – Museu e Museologia em Gilberto Freyre

“O museu, enquanto memória institucionalizada, organiza também o esquecimento de tudo o que na nova perspectiva é desnecessário e inoportuno.”

Myrian S. dos Santos (1992, 233)

Os museus, espaços de memória, de esquecimento, de poder e de resistência, são criações historicamente condicionadas. São instituições datadas e podem, através de suas práticas culturais, ser lidas e interpretadas como um documento. Quando o pesquisador se debruça sobre as instituições museais, compreendendo-as como elementos típicos das sociedades modernas, é possível identificar em suas estruturas de atuação três aspectos distintos e complementares: a) do ponto de vista museográfico a instituição museal é campo discursivo; b) do ponto de vista museológico ela é produtora de interpretação e c) do ponto de vista histórico - social ela é arena política. No entanto, como é óbvio, nenhuma instituição tem vida própria, e sim a vida que lhe conferem os que nela, por ela e dela vivem. Interessa, portanto, saber: por quem, por que e para quem o discurso é construído; quem, como, o que e por que interpreta; quem participa e o que está em causa na arena política. Todas essas questões orientam o pesquisador na direção de buscar compreender a ação e a reflexão daqueles que dão vida às instituições. Considerando que o seu foco é o museu e o pensamento social brasileiro, interessa saber: como determinados intelectuais no Brasil pensam e fazem os museus e a museologia? Que tipo de museus eles idealizam e materializam? Que prática museológica eles estimulam?

Esse é o espírito que norteia o presente estudo.

O pensamento museológico do velho de Apipucos, como Gilberto Freyre gostava de ser conhecido no fim da vida que não foi curta, está condensado em quatro documentos : 1º) o artigo publicado no Diário de Pernambuco, em Recife, no ano de 1924; 2º) o texto do Manifesto Regionalista, lido em 1926 e publicado pela

primeira vez em 1952; 3º) o texto denominado “Sugestões em torno do Museu de Antropologia do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais”, publicado em 1960, pela Imprensa da Universidade do Recife, hoje Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e 4º) o ensaio publicado em forma de livro denominado *Ciência do Homem e Museologia: sugestões em torno do Museu do Homem do Nordeste* do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. (Recife, IJNPS, 1979/1980. Série Documentos, 14).

Inicialmente, é importante esclarecer que Gilberto Freyre, filho de família tradicional, nasceu no Recife, no último ano do século XIX. Em 1920 estava matriculado na Columbia University, estudando Antropologia com Boas e Sociologia com Giddings. Em dezembro de 1933, o clássico *Casa-Grande & Senzala* estava publicado e daí para adiante a produção gilbertiana é intensa. Em 1977, segundo Villaça (1977), já alcançava mais de sessenta livros e mais de cinquenta opúsculos. Ainda que a consagração de *Casa-Grande & Senzala* tenha sido imediata – meses depois de publicada já era comentada nos jornais através de artigos de Yan de Almeida Prado, Roquete Pinto, João Ribeiro e Affonso Arinos de Melo Franco, inspirava um poema de Manuel Bandeira e recebia o prêmio Felipe d’Oliveira – Gilberto Freyre corria em pista própria, informado dos modernismos, produzia obra moderna, mas ainda assim às margens dos modernismos paulistanos e cariocas, insistia em dialogar com o regional e com a tradição.

Entre os aspectos inovadores do livro de estréia de Gilberto Freyre está a linguagem que teima em diluir as fronteiras entre a ciência e a arte. Essa teimosia será motivo de crítica e de aplauso, mas acima de tudo motivo de orgulho. É ele mesmo quem se pergunta: “O que principalmente sou?”, para em seguida responder: “Creio que escritor. Escritor literário. O sociólogo, o antropólogo, o historiador, o cientista social, o possível pensador são em mim ancilares do escritor” (apud VILLAÇA 1977, p.32) Outro aspecto inovador é o uso de múltiplas fontes documentais, num entendimento nada ortodoxo sobre o que é documento. Edson Nery da Fonseca (1983), um dos principais biógrafos de Gilberto Freyre,

observa que além de seu pluralismo metodológico há também, em Casa-Grande & Senzala, um “pluralismo documental”. Ali o autor lança mão de depoimentos e de anúncios de jornais, além de outras “[...] obras impressas e manuscritas, letras e partituras de músicas, desenhos e daguerreótipos, fotografias e plantas de edifícios, retratos de pessoas, coisas e animais”. Arquivos, bibliotecas, coleções e museus públicos e particulares são consultados. Esse pluralismo documental está associado a um olhar lançado para uma espécie de história íntima, em que aspectos cotidianos e aparentemente insignificantes, em contraposição ao grandioso, solene e monumental, ganham destaque.

Todo o plano de Casa-Grande & Senzala, segundo o seu autor, assenta-se na “diferenciação fundamental entre raça e cultura” ou ainda na diferenciação “entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio”, o que foi aprendido nos estudos de antropologia realizados sob a orientação de Franz Boas.

As teorias e as práticas museológicas de Freyre estão impregnadas, como se quer demonstrar, dos ingredientes acima indicados, incluindo a sua forte inclinação literária e as orientações de Boas acerca dos museus de antropologia. Em outros termos, Gilberto Freyre pensa o museal a partir do ponto de vista de um cientista social - antropólogo, sociólogo ou historiador social – com forte veia artística e interessado no diálogo entre o regional e o universal e capaz de construir um discurso com bases documentais plurais.

Em 1929, durante o governo de Estácio Coimbra (1926-1930), foi criado o Museu do Estado de Pernambuco, em cujo acervo dos séculos XVII, XVIII e XIX destacam-se móveis de jacarandá, porcelanas, imagens católicas, litografias, gravuras em metal, pinturas, esculturas, desenhos e material arqueológico e etnográfico. A criação do Museu do Estado, ao que tudo indica, foi sugestão de Gilberto Freyre (cf. 1979, p. 22) que na ocasião era um dos assessores do governador. Em 1924, o jovem Gilberto publicara, no Diário de Pernambuco, artigo onde apontava a necessidade do estado ter um

museu que “reunisse valores da cultura regional”, “que a evocasse de modo atraentemente educativo” e que “apresentasse o que a formação regional viesse produzindo de mais típico ou de mais característico” (p.23).

Nesse artigo, Freyre argumenta: “Agora que um museu de Artes Retrospectivas¹⁵ se organizou no Rio, bem poderia cogitar Pernambuco - terra brasileira de passado tão denso, tão profundo – de estabelecer o seu, como documento à vida local.” Em seguida, critica a noção museológica dos institutos históricos que operavam apenas para a exaltação dos feitos grandiosos nas esferas militar e política, e não se interessavam pelo cotidiano do brasileiro, defendia que deveria ser incluída a “gente do povo” e o “homem rústico.” Entre as diversas sugestões de “ilustração plástica de muito cotidiano significativo”, passível de ser submetido a um processo de musealização, destaca-se “a da técnica da produção do açúcar”. Aqui estaria, possivelmente, um dos germes do Museu do Açúcar, criado em 1960, pelo Instituto do Açúcar e do Álcool e inaugurado em nova sede em 1963, com projeto arquitetônico de Carlos Correia Lima e museográfico de Aloísio Magalhães.

Esse artigo seminal do ponto de vista museológico, repercute de certo no Manifesto Regionalista de 1926, no qual Freyre, levantando o seu regionalismo contra as atitudes modernistas e progressistas de alguns “[...] místicos do cimento armado e mistagogos das avenidas largas”, expõe suas idéias museológicas afirmando querer “[...] museus com painelas de barros, facas de ponta, cachimbo de matutos, sandálias de sertanejos, miniaturas de almanjarras, figuras de cerâmica, bonecas de pano, carros-de-boi, e não apenas com relíquias de heróis de guerras e mártires de revoluções gloriosas.” Manifestando o seu interesse em exaltar “[...] bumbas-meu-boi, maracatus, mamulengos, pastoris e clubes populares de carnaval”, ele manifesta também o seu desejo de “um museu regional cheio de recordações das produções e dos trabalhos da região e não apenas de antigüidades ociosamente burguesas como jóias de baronesas e bengalas de gamenhos do tempo do Império” (1976, 61-62).

Criado por Gilberto Freyre em 1949, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, de forma gradual e sistemática foi afirmando-se como instituição interessada não apenas no desenvolvimento de pesquisas, mas também voltada para as áreas de documentação, preservação, divulgação científica e promoção cultural. O Museu de Antropologia do IJNPS surgiu do desdobramento de ações nessas áreas e do interesse, sempre reafirmado, de documentar e estudar a região. No Guia dos Museus do Brasil, organizado por Fernanda de Camargo e Almeida e publicado em 1972, consta que o Museu de Antropologia, “[...] transformado em Departamento de Museologia para atendimento dos museus da região”, possuía o seguinte acervo: a coleção do Maracatu Elefante, material de construção oriundo de demolições, luminárias populares, cerâmica popular, ex-votos, cestaria e peças de mobiliário, além de “[...] louças, calçados, instrumentos de trabalho agrário, brinquedos e jogos, cachimbos, facas de ponta, arreios e adornos de animais” (p.93-94).

Em 1979, o Museu do Açúcar, o Museu de Antropologia do IJNPS e o Museu de Arte Popular, criado em 1953 por iniciativa de Abelardo Rodrigues, foram fundidos em uma única instituição, dando origem ao Museu do Homem do Nordeste que, por assim dizer, é a coroação museográfica da teoria museológica gilbertiana.

O interesse de Gilberto Freyre pelo universo museal remonta ao tempo de estudante de pós-graduação na Columbia University. Segundo ele, Franz Boas aconselhava insistentemente que o estudante de Antropologia se especializasse em observações e estudos nos museus. “Boas – diz ele - não considerava completo o especialista nessa ciência [Antropologia] a quem faltasse o contato com essas modernas instituições de cultura e de estudo, complementares das universidades; e onde funcionam, aliás, vários cursos universitários” (1979, 12). Em viagem à Europa o então estudante seguiu a recomendação do mestre e obteve grande proveito.

O museu é concebido por Gilberto Freyre como uma obra, um documento, uma realização do espírito humano. “Nos museus

de Antropologia – ele afirma - também se exprime o saber de grandes mestres; e talvez, em certos casos, de uma maneira mais viva e mais dinâmica que através de conferências ou de cursos.” Como sugere o criador do IJNPS, esse seria o caso de Rivet¹⁶, que no Museu do Homem teria encontrado a sua melhor expressão. Esse é também o reconhecimento nítido de que a instituição museal apresenta um determinado discurso e produz uma determinada interpretação. Considerando-se que esse discurso e essa interpretação indicam “uma” fala e “uma” visão, e que o campo museal está aberto a “outras” falas e “outras” visões, compreende-se a dimensão de arena política desse mesmo campo.

As teorias museológicas de Gilberto Freyre difundiram-se com velocidade pelas regiões Norte e Nordeste. O Museu do Trem, no Recife (PE), o Museu Regional de Olinda (PE), o Museu da Rapadura, em Areias (PB), o Museu do Estado do Piauí, o Museu do Homem do Norte, em Manaus (AM), e outros processos museológicos espalhados por vários municípios do Norte e do Nordeste, receberam direta ou indiretamente o impacto dessas teorias. Gilberto Freyre teve em Aécio de Oliveira, museólogo formado na década de sessenta, pelo Curso de Museologia, então situado no Museu Histórico Nacional, o maior propagador de suas teorias museológicas e o seu grande braço museográfico. Assumindo a museologia como “missão” e a museografia como expressão estética e técnico-científica, Aécio de Oliveira percorreu, durante aproximadamente vinte anos, as regiões Norte e Nordeste semeando, como diria Darcy Ribeiro, museus e cursos de capacitação museológica. A criação, nos anos 80, de um Departamento de Museologia no Museu Paraense Emílio Goeldi, parte de um plano de revitalização, recebeu a influência direta do seu trabalho.

No Museu do Homem do Nordeste, laboratório de experimentação museológica (CHAGAS e OLIVEIRA, 1983, 181), Aécio de Oliveira desenvolveu e colocou em prática as principais idéias museológicas de Gilberto Freyre. Ali estão evidenciadas: a atenção para o “cotidiano significativo” em oposição ao solene, grandioso e monumental; o rompimento museográfico com o

paradigma evolucionista e classificatório; a distinção entre cultura e traços de raça e a ênfase na experiência cultural que se revela em bens materiais e não-materiais; o uso do pluralismo documental; a ênfase no regional em oposição ao estadual, mas em articulação com o nacional e o internacional, e a valorização dos processos de miscigenação; tudo isso tratado dentro de um princípio estético expográfico de feira pública, tropical e barroca, que quer comover, emocionar e brincar, quer ser educativo e atraente, “sem deixar de ser científico” (FREYRE, 1979, 6).

A hipótese de um regionalismo museológico amesquinhado, é rechaçada por Freyre (1979, p.42)

Quem diz museu moderno, diz centro de estudos e de pesquisas; e estudos e pesquisas que não se podem confinar aos limites da província ou da região onde se acha o museu. Teríamos, nesse caso, provincianismo ou regionalismo, não do bom, mas do estéril, que é aquele que cedo se degrada em autofagia, por falta de contato ou de intercâmbio dos seus centros de estudos com outros centros de atividade intelectual, de pesquisa artística ou de estudo científico: centros onde se realizam estudos semelhantes aos que se processam em instituições regionais do tipo do Instituto Nabuco.

Gerado a partir de três museus com trajetórias e histórias distintas, o Museu do Homem do Nordeste mantém uma unidade que se ancora na manutenção do conceito “homem do nordeste” num campo de luz cambiante e sombras móveis, o que equivale a pintá-lo com pinceladas impressionistas. Dez anos após a sua criação, ainda era possível reconhecer dentro do Museu do Homem do Nordeste as presenças nítidas, com territórios demarcados, do Museu de Antropologia, do Museu do Açúcar e do Museu de Arte Popular. De outro modo, a fusão que só foi possível pela abrangência e pelo poder integrador da teoria museal gilbertiana que, opondo o documento cotidiano ao solene monumento, não opõe o “homem rústico” ou a “gente do povo” aos “senhores e senhoras de engenho”, ao contrário integra-os.

O museu, em Gilberto Freyre, é identificado como centro de pesquisa e de educação, como campo discursivo, como produtor de interpretação, mas não como arena política., ainda que o seja. Para sobreviver, o projeto museológico de Freyre necessita de um permanente diálogo, ao nível nacional, com os dirigentes e profissionais de museus e de museologia. É por esse motivo que, em 1976, realizou-se no Recife, promovido pelo IJNPS, com apoio do Ministério da Educação e Cultura, o I Encontro Nacional de Dirigentes de Museus. Nele palestraram, abordando os temas basilares: Aloísio Magalhães¹⁷ – “O Museu e a Cultura Nacional”; Lourenço Luiz Lacombe¹⁸ – “Museu e Educação”; Augusto Carlos da Silva Telles¹⁹ – “Museu e Preservação do Patrimônio Cultural”; Gerardo Brito Raposo da Câmara²⁰ – “Formação Profissional” e Gilberto Freyre – “Museu e Pesquisa”. O documento produzido a partir desse Encontro ficou conhecido como: Subsídios para implantação de uma política museológica brasileira e traduz a tentativa de contribuição do IJNPS, no âmbito da museologia, para uma possível “Política Nacional de Cultura”. O exame desse documento, ainda que importante, foge ao escopo do presente trabalho. O pesquisador compreende, no entanto, que ele deva ser feito em articulação com o contexto político cultural dos anos 70, em que um braço do Estado, em nome da memória nacional, preservava determinados bens culturais e o outro mandava para o esquecimento, censurava e punia outras expressões artísticas e culturais, consideradas desnecessárias e inoportunas.

Considerações Finais

A chegada dos anos 30 marcará o fim da “era dos museus etnográficos” como fenômeno mundial. Atréados à crítica radical que incide sobre o paradigma evolucionista nesse momento, tais museus levarão tempo para se reestruturar em outras bases teóricas.

Lilíam Schwarcz (1995, 96)

No período de abril de 1989 a outubro de 1992, foram publicados pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, com apoio do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), 4 volumes do periódico Ciências em Museus. A partir de 1995, voltou a circular, retomando a série interrompida em 1975, no volume 26, o periódico Anais do Museu Histórico Nacional. A referência a essas duas publicações tem o objetivo de esclarecer que o pesquisador está ciente de que o recorte utilizado, ainda que reúna um volume expressivo de textos produzidos por cientistas sociais, pode obnubilizar a contribuição de outros autores que, trabalhando no âmbito da relação entre o museu, a museologia e o pensamento social brasileiro, não tenham sido incluídos nas publicações consultadas. De qualquer forma, essa não-inclusão, seja por que motivo for, é plena de significado. Vale ressaltar que uma consulta a esses periódicos resgatará para o debate autores como Napoleão Figueiredo (1989), Cláudia Menezes (1989), Walter Alves Neves (1989), Denise C. Hamu (1989), Berta G. Ribeiro (1989), Luís Donisete Benzi Grupioni (1989), Dominique Tilkin Gallois (1989), Regina Márcia Moura Tavares e Edna Luísa de Melo Taveira (1992), Raul Lody (1990), Ulpiano Bezerra de Menezes (1992), José Neves Bittencourt (1996) e Maria Margareth Lopes (1998), entre outros.

A suposição é que com esses dois periódicos configura-se um universo temático completamente distinto e, ainda mais, os cientistas sociais que publicam nesses periódicos, salvo um ou outro exemplo, correm em pistas próprias.

Nessa altura, o entendimento do pesquisador é que o lugar dos museus e da museologia na agenda das Ciências Sociais têm sido periférico ou marginal. Apesar dos museus serem campos de práticas sociais, apesar de estarem na moda e ocupando grandes espaços na mídia nesses tempos de globalização e pós-modernidade, eles não têm merecido a atenção dos cientistas sociais brasileiros. Em outras palavras, o interesse pelo campo museal é rarefeito; mas ainda assim vem crescendo, como observou Gonçalves (1995) e após o afastamento dos anos vinte e trinta, verifica-se depois dos anos oitenta uma reaproximação. Essa reaproximação é mais forte pela via da antropologia e mais fraca pela da sociologia e das ciências políticas.

Entender o afastamento e a reaproximação passa, na opinião do pesquisador, pela compreensão do papel que teve a matriz institucional de análise do pensamento social brasileiro que quis estabelecer, como indicou Santos (1978), marcos de separação entre uma produção pré-científica e outra científica, entre uma produção não-universitária e outra que partia da universidade, atribuindo, e esse é ponto, juízo de valor a essas marcações. Essa matriz de análise institucional contribuiu para o afastamento dos cientistas sociais dos museus enquanto área de interesse, mas não enquanto espaço físico de convivência e de trabalho. Metaforicamente a situação assemelha-se à do indivíduo que indo todo o dia para o seu local de trabalho pelo mesmo caminho, deixa de perceber a mudança das estações e o encantamento do próprio caminho. O desenvolvimento de estudos com reduzido nível de distanciamento geográfico e cultural tende a recolocar os museus em pauta, ou a abrir os olhos do caminhante para o próprio caminho.

No entanto, para cientistas sociais como Franz Boas, Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro e Paul Rivet os museus estiveram em pauta. Quer como centros de pesquisa, de educação, de divulgação científica ou de preservação patrimonial, quer como instrumentos de intervenção social.

Os museus regionais ou nacionais, de grande ou pequeno porte, de artes ou de ciências, públicos ou privados, leigos ou eclesiásticos, de participação comunitária ou de ação tirânica, todos são campos discursivos, são produtores de interpretações e são arenas políticas.

Com o presente texto queremos, como museólogo e trabalhador social, não apenas indicar a escassez de determinados estudos sobre o campo museal; queremos mais: atrair o olhar cúmplice e a solidariedade dos cientistas sociais para esse campo de estudo. Aproximemo-nos, afinal de contas, como sugere Gonçalves (1995), “[...] é possível dizer que a Antropologia nasceu nos museus.” Aproximemo-nos, no mínimo para observar e examinar com Weber o comportamento do zelador do Museu de Kolmar ao mostrar aos visitantes “os seus tesouros”²¹.

Notas

* Museólogo, professor da Unirio, pesquisador do IPHAN.

¹ Sobre o pensamento social brasileiro consultar o artigo de Lúcia Lippi de Oliveira (1999), incluído na coletânea *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, segundo volume.

² Trata-se do artigo *Paradigma e História: A Ordem Burguesa na Imaginação Social Brasileira*, preparado por Santos, em fevereiro de 1975, e incluído em seu livro *Ordem Burguesa e liberalismo político*, publicado pela Livraria Duas Cidades, São Paulo, em 1978.

³ Lúcia Lippi de Oliveira, em seu artigo *Interpretações sobre o Brasil (1999:153)* identifica também essa mesma matriz evolucionista em diversos textos da coletânea *História das Ciências Sociais no Brasil*, organizada por Sergio Miceli.

⁴ A produção acadêmica que, de algum modo, relaciona museu e ciências sociais no Brasil é mais ampla do que aquela que pode ser identificada a partir das fontes indicadas. O recorte das fontes obviamente é arbitrário, ainda assim, ele pode fornecer um exemplo significativo do interesse das Ciências Sociais sobre o tema museu, sobretudo se se considera a presença de programas de pós-graduação vinculados a essas mesmas fontes.

⁵ O termo museal está sendo utilizado para designar aquilo que se refere ao museu e o termo museológico aquilo que se refere à Museologia.

⁶ A última busca foi realizada no dia 23 de julho de 2000.

⁷ "(...) assunto tão ligado à cultura brasileira", diria Gilberto Freyre (1979, 5).

⁸ O pesquisador utiliza um texto datado de 1988, anterior a publicação do primeiro volume de *História das Ciências Sociais no Brasil*, incluído na *Série História das Ciências Sociais*, no. 6, e denominado "A ERA DOS MUSEUS NO BRASIL (1870-1930): POLVO É POVO E MOLUSCO É GENTE", divulgado pelo IDESP.

⁹ A proliferação dos museus não é um fenômeno exclusivo do Brasil. Apenas alguns exemplos: em 1976 a República Federal da Alemanha possuía 1550 museus e em 1985 atingia o número de 2415; o Canadá saltou de 471, em 1976, para 1515, em 1985; os EUA pulou de 498, em 1976, para 6120 em 1985 e a França que em 1977, possuía 1250 museus, passou a ter 1921, em 1985. (Rivière 1989)

¹⁰ A tese de mestrado de Myrian S. dos Santos foi apresentada no IUPERJ, em junho de 1989 e foi denominada "História, Tempo e Memória: um estudo sobre museus a partir da observação feita no Museu Imperial e no Museu Histórico Nacional".

¹¹ A tese de mestrado de Regina Abreu foi apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1990 e foi denominada "Sangue, Nobreza e Política no Templo dos Imortais", trata-se de um estudo antropológico da coleção Miguel Calmon no Museu Histórico Nacional.

¹² O texto de Lilliam Schwarcz "foi produzido como parte do projeto sobre História das Ciências Sociais", desenvolvido pelo IDESP. Em 1988, foi publicado na *Série História das Ciências Sociais* n.º 6, com o título: "A Era dos Museus no Brasil (1870 - 1930), polvo é povo; molusco também é gente." O pesquisador não sabe o ano em que Lilliam defendeu sua tese de doutorado.

¹³ A tese de doutorado de José Reginaldo Gonçalves foi apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Virgínia, em 1990 e foi denominada "Rediscoveries of Brazil: nationalism and historic preservation as narratives"

¹⁴ Alguns exemplos: Abreu publicou em *Ciência em Museus*, *Anais do Museu Histórico Nacional*, *Cadernos de Estudos Museológicos* e *RBCS*; Gonçalves publicou em *Estudos Históricos*, *Ideólogos do Patrimônio* e *Invenção do Patrimônio*; Santos publicou em *Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPCIS)* da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), *Dados* e *RBCS*.

¹⁵ O pesquisador supõe que o museu de Artes Retrospectivas a que se refere o artigo de 1924, seja o Museu Histórico Nacional, criado no Rio de Janeiro, em 1922, por Gustavo Barroso, durante as comemorações do centenário da independência do Brasil.

¹⁶ Freyre imagina que Roquete Pinto tenha desejado exprimir-se através do Museu Nacional, sem ter, contudo, alcançado "inteiro sucesso".

¹⁷ Na ocasião era o diretor do Centro Nacional de Referência Cultural, situado em Brasília.

¹⁸ Então Diretor do Museu Imperial.

¹⁹ Arquiteto do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

²⁰ Na ocasião, diretor do Museu Histórico Nacional.

²¹ A tese de doutorado de Maria Cecília Londres (1997) apresenta como epígrafe, na introdução, uma pequena pérola, mas um grande achado, que me levou a Max Weber, Ensaio de Sociologia (1982).

Referências Bibliográficas

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

_____. Memória, história e coleção. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v.28, 1996, p.37-64.

_____. Emblemas da nacionalidade: o culto a Euclides da Cunha. **RBCS**, n. 24. Rio de Janeiro, fev. 1994, p.66-84.

_____. Por um museu de cultura popular. **Ciências em Museus**. v.2, Belém, out. 1990, p.61-72.

_____. **Sangue, nobreza e política no templo dos imortais**. Rio de Janeiro, RJ, 1990. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

_____. Tradição e modernidade no Museu Histórico Nacional. **Cadernos museológicos**, n.3, Rio de Janeiro, 1990, p.13-28.

ALMEIDA, Fernanda de Camargo e (org.). **Guia dos museus do Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

ALMEIDA, Paulo Mendes de. **De Anita ao museu**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN**. Rio de Janeiro : SPHAN, 1987.

ARANTES, A.A.(org.). **Produzindo o passado**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BATISTA, M. R. (coord.) **ABC do IEB**. São Paulo: EDUSP, 1997.

_____. e LIMA, Y.S. **Coleção Mário de Andrade: Artes Plásticas**. São Paulo : USP, 1984.

BITTENCOURT, José Neves. Espelho da “nossa” história: imaginário, pintura histórica e reprodução no século XIX brasileiro, v.87, **Rev. Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1986, p.58-78.

_____. Observações sobre um museu de história do século XIX: o museu militar do arsenal de guerra. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v.29. Rio de Janeiro, 1997, p.57-86.

CHAGAS, M. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. 1997. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas, Universidade do Rio de Janeiro, 1997.

_____. e REIS, Carlos Antônio (org.). **50 anos de Casa-Grande & Senzala**: exposição itinerante. Recife: Ed. Massangana, 1983.

_____. e OLIVEIRA, A. Une expérience sous les tropiques: le musée de l’homme du Nord-Est, à Recife. **Museum**, n.139, Paris, 1983, p.181-185.

_____. e GODOY, Solange. Patrimônio cultural e cidadania: as representações de memória nos museus. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v.28. p.105-115.1996.

_____. A formação profissional do museólogo: 7 imagens e 7 perigos. **Cadernos Museológicos**, n.3, Rio de Janeiro, 1990, p.39-44.

_____. O campo de atuação da Museologia. **Ciências em museus**, v.3, Belém, out.1991, p.73-84.

CORRÊA, M. A antropologia no Brasil (1960-1980). In: MICELI, S.(org.) **História das Ciências Sociais no Brasil**. v.2. São Paulo : Ed. Sumaré, 1995, p.25-106.

_____. Traficantes do excêntrico. Os antropólogos no Brasil dos anos trinta aos anos 60. **RBCS**, v.3, n.6, Rio de Janeiro, fev. 1988, p. 79-88.

DA MATTA, Roberto **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Petrópolis: Vozes, 1981.

FARIA, L. de Castro. Nacionalismo, nacionalismos - dualidade e polimorfia. In: CHUVA, M. (org.). **A invenção do patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN. 1995. p.27-40.

FIGUEIREDO, N. O negro nos museus da Amazônia. **Ciência em Museus**, v.1,n.1, Belém, abr. 1989, p.7-30.

FONSECA, E. N. Prefácio. In: CHAGAS, M. e REIS, C. A. (org.) **50 anos de Casa-Grande & Senzala**: exposição itinerante. Recife: Ed. Massangana, 1983.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

FREYRE, G. **Ciência do homem e museologia**. Recife: IJNPS, 1979.

_____. **Manifesto regionalista**. Recife: IJNPS, 1976.

_____. **Obra escolhida**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977.

GALLOIS, D.T. **O acervo etnográfico como centro de comunicação intercultural**. *Ciência em Museus*, v.1, n.2, Belém, out. 1989, p.137-142.

GONÇALVES, J. R. S. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos históricos**, n.2. Rio de Janeiro. 1988.

_____. **Rediscoveries of Brazil**: nationalism and historic preservation as narratives. 1990. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Virgínia, EUA, 1990.

_____. O templo e o fórum: reflexões sobre museus, antropologia e cultura. In: CHUVA, M. (org.). **A invenção do patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

_____. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

_____. Coleções, museus e teorias antropológicas: reflexões sobre conhecimento etnográfico e visualidade. **Seminário: a escrita da história**. Organizado pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, nov. 1998.

GRUPIONI, L.D.B. Levantamento de coleções Bororo em museus brasileiros. **Ciência em Museus**. Belém, v.1, n.2, p.123-132. out. 1989.

HALBWACHHS, Maurice. **La mémoire collective**. Paris: PUF, 1968.

HAMU, D. C. A cultura moche do Peru: uma exposição pobre sobre uma civilização rica. **Ciência em Museus**, v.1, n.1, Belém, abr. 1989, p.97-99.

HOBBSAWM, E. e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. Ideólogos do patrimônio cultural. **Cadernos de debates**. Rio de Janeiro. n.1, 1992.

INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS. **Subsídios para implantação de uma política museológica brasileira**. Recife: IJNPS, 1976.

JEUDY, H. P. **Memórias do Social**. Rio de Janeiro: FU, 1990.

LE GOFF, Jacques. Memória-História. **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional, 1984.

_____. **Reflexões sobre a história**. São Paulo: Edições 70, 1982.

LODY, R. Coleções africana e afro-brasileira: estudos sobre cultura material e prospecções museológicas. **Ciência em Museus**, v.2. Belém, out. 1990, p.27-32.

LOPES, Maria Margareth. A formação de museus nacionais na América Latina. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v.30, Rio de Janeiro, 1998, p.121-146.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MENEZES, C. Museu do Índio: novas perspectivas e possibilidades para a participação estudantil e das populações indígenas. **Ciência em Museus**. Belém, v.1,n.1, p.31-38, abr. 1989.

MENEZES, U. B. A exposição museológica: reflexões sobre pontos críticos na prática contemporânea. **Ciência em Museus**, v.4, Belém. out. 1992, p.103-120.

MICELI, S. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

_____. (org.) **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1984.

_____. (org.) **História das Ciências Sociais no Brasil**, v.1, São Paulo: Vértice, 1989.

_____. (org.) _____. v.2, São Paulo: Sumaré,1995.

_____. (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Ed. Sumaré; Brasília: CAPES, 1999.

_____. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais. In: MICELI, S.(org.) **História das Ciências Sociais no Brasil**, v.1. São Paulo: Vértice, 1989.

_____. O cenário institucional das Ciências Sociais no Brasil. In: MICELI, S.(org.) **História das Ciências Sociais no Brasil**, v.2. São Paulo: Ed. Sumaré, 1995. p.7-24

MOTA, Carlos Guilherme (org.) **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: DIFEL, 1974.

_____. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Ática,1990.

NEVES, W. A. e BRUNO, M. C. O. Ossos para ofício: proposta, execução e avaliação de uma exposição temporária. **Ciências em Museus**, v.1, n.1, Belém, abr. 1989, p.39-59.

NETTO, L. **Investigação históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870.

NORA, P. **Mémoire et Histoire**: la problematique des lieux. Les lieux de mémoire. Paris: Gallimard, 1984.

OLIVEIRA, F. **Morte da memória nacional**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1991.

OLIVEIRA, L. L. Interpretações sobre o Brasil. In: MICELI, S. (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, v.2, São Paulo: Ed. Sumaré, Brasília: CAPES, 1999. p.147-182.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PEIRANO, M. G. S. Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In: MICELI, S. (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, v.1. São Paulo: Ed. Sumaré, Brasília: CAPES, 1999. p.225-266.

RIBEIRO, B. G. Museu e memória: Reflexões sobre o colecionismo. **Ciências em Museus**, v.1, n.2, Belém. out. 1989, p.109-122.

_____. Uma proposta museológica: Amazônia urgente: cinco séculos de história e ecologia. **Ciências em Museus**, v.1, n.2, Belém. out. 1989, p.171-179.

RIBEIRO, D. Política cultural Rio. **Revista do Brasil**. Edição especial, p.2-5. 1986.

RIVIÈRE, Georges Henri. **Muséologie**. Paris: Dunod, 1989.

RUSSIO, W. Cultura, patrimônio e preservação. In: ARANTES, A.A. (org.). **Produzindo o passado**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SANTOS, A .C. M. Memória, história, nação: propondo questões. **Rev. Tempo Brasileiro**, v.87, Rio de Janeiro, 1986, p.5-12.

SANTOS, M. C. T. M. **Processo museológico e educação: construindo o Museu Didático - Comunitário Prof. Lomanto Júnior, em Itapuã.** Salvador, 1995. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, 1995.

SANTOS, M. S. Objetos, memória e história. Observação e análise de um museu histórico brasileiro. **Dados**, v.35, n.2, Rio de Janeiro, 1992, p.216-237.

_____. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. **RBCS**, n.23, Rio de Janeiro, out. 1993, p.70-84.

_____. **A luta da memória contra o esquecimento:** reflexões sobre os trabalhos de Jacques Derrida e Walter Benjamin. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997.

_____. Até que ponto o museu preserva a memória? **Cadernos do PPCIS da UERJ**. n.4, Rio de Janeiro, 1998, p.16-32.

SANTOS, W. G. **Ordem burguesa e liberalismo político.** São Paulo: Duas Cidades, 1978.

_____. Raízes da imaginação política brasileira. **Dados**. Rio de Janeiro, 1970, p.137-161.

SCHWARCZ, L. K. O nascimento dos museus brasileiros, 1870-1910. In: MICELI, S. (org.) **História das Ciências Sociais no Brasil**. v.1. São Paulo: Vértice, 1989.

_____. **O espetáculo das raças.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **A era dos museus no Brasil (1870-1930) polvo é povo, molusco é gente.** São Paulo: IDESP, 1988. (Série História das Ciências Sociais, n.6).

SILVA, J. L. W. Repensando os museus históricos como casas de memória: a proposta do Museu da República, no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro (1983-1986). **Rev. Tempo Brasileiro**, v.87, Rio de Janeiro, 1986, p.122-125.

SUANO, M. **O que é museu?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAVARES, R.M.M. e TAVEIRA, E.L. de M. I Encontro nacional de museus universitários. **Ciências em Museus**, v.4. out.1992, p.9-40.

VILHENA, L. R. **Projeto e missão**: o movimento folclórico brasileiro 1947-1964. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____. e CAVALCANTI, M. L. V. de C. Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v.3,n.º5, 1990, p.75-92.

VILLAÇA, Antonio Carlos. Gilberto Freyre, tradição e modernidade. In: FREYRE, G. **Obra escolhida**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

Abstract

With this essay, in two parts, the researcher intends to reflect about the stigmatization of museum institutions treated as “pre-historic” and “pre-scientific” and seeks to understand the small interest raised by museums as a theme in the field of the Social Sciences. On the first part, the author presents and analyzes the result of a survey undertaken in well-known Social Sciences publications, with the explicit objective of identifying the degree of interest on the themes museums and Museology; on the second part, this attention is focused on identifying specific museological elements in Gilberto Freyre’s thought, which, in the same way as museums, is treated by the institution-oriented analyses as “pre-historic”, “pre-scientific” or essayistic.

Keywords: museum, museology, social sciences, social thought, Gilberto Freyre.